

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Contexto Operacional ou Informações Gerais

#### 1.1 - Introdução Geral da Entidade

A empresa REDE SUL DE LOGISTICA S/A é constituída sobre o código de natureza jurídica 2054 - Sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Chapecó - SC, tendo como Atividade Principal CNAE 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e como objeto social: Transporte rodoviário municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de pessoas e bens em geral, de produtos químicos, farmoquímicos, farmacêuticos, perigosos e controlados; Operador logístico e multimodal; Distribuição e entregas expressas de mercadorias e objetos, cargas secas e líquidas, cosméticos, perfumaria e medicamentos, seja para uso humano, controlados ou não e de uso veterinário, nos âmbitos municipal, intermunicipal e interestadual, inclusive carga e descarga, em condições e preços convenientes; Atividades auxiliares de transporte, tais como, movimentação e armazenamento de cargas, podendo para tanto instalar Armazéns Gerais, depósitos de produtos e mercadorias em geral; Atuar na captação, seleção, contratação, organização da operação logística e distribuição de cargas para o transporte rodoviário em geral; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Transporte rodoviário de matérias-primas e produtos para saúde, domissanitários, saneantes, perfumaria, correlatos, medicamentos, produtos de higiene pessoal, cosméticos, biológicos, desinfetantes, produtos de limpeza em geral, produtos com ação antimicrobiana, medicamentos de controle especial, drogas e insumos farmacêuticos, e de todo e qualquer produtos ou matéria-prima que requeira autorização e controle da ANVISA – Agência de Vigilância Sanitária.

#### 1.2 - Modelo utilizado de Tributação sobre os Lucros

A entidade em questão no ano calendário sofreu a tributação pelo regime Lucro Real por estimativa mensal com base em balancete de redução ou suspensão.

#### 1.3 - Autorização Legal para as Atividades da Entidade

Durante o período de 01/01/2023 a 31/12/2023 a entidade exercia a atividade de Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC conforme artigo 2º, inciso II da lei nº 11.442/2007.

#### 1.4 - Benefícios Fiscais Utilizados pela Entidade

Durante o período de 01/01/2023 a 31/12/2023 a entidade não usufruiu benefícios fiscais ao nível federal;

#### 1.6 - Especificações de Práticas da Entidade

A entidade não possui frota própria compatível com sua operacionalização, desta forma praticamente toda operação é subcontratada de Transportadores de Cargas, tanto na modalidade Pessoa Jurídica como Pessoa Física.

#### 1.7 - Público Alvo da Entidade

O nicho de clientes da entidade são empresas de e-commerce ou transportadores com o mesmo

NOTAS EXPLICATIVAS

objetivo.

## 1.8 - Grupo Empresarial

Não existe grupo empresarial, tampouco empresas controladas ou com administração compartilhada.

## 1.9 - Localização da Sede e seus Estabelecimentos

A entidade possui além de sua sede (Matriz) mais 11 filiais, sendo da seguinte forma:

**Matriz:** em CHAPECÓ/SC, na Avenida São Pedro, 139 D, Sala Comercial, Centro, CEP 89.801-300, inscrita no CNPJ: 27.221.173/0001-96;

**Filial 1:** em CURITIBA/SC, na Rua João Zaniolo, n.º 23, Bairro Rebouças, CEP 80.220-230, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0002-77. **(Baixada em 26/09/2023)**

**Filial 2:** em JUNDIAÍ/SP, na Avenida Francisco Roveri, SN, Conjunto 204, Edif BTLG, Parque Almerinda Pereira Chaves, CEP 13.212-541, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0003-58;

**Filial 3:** em Porto Alegre/RS, na Avenida dos Estados, n.º 1825, Pavilhão 5-6-7, Bairro Anchieta, CEP 90.200-001, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0004-39;

**Filial 4:** em EXTREMA/MG, na Rua Presidente Kennedy, n.º 214 A, Centro, CEP 37.640-000, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0005-10;

**Filial 5:** em ITAJAÍ/SC, na Rodovia BR-101, n.º 9395, Galpão 02, Bloco B, Centro Logístico Cidade Nova, Bairro Cidade Nova, CEP 88.308-620, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0006-09;

**Filial 6:** em CAXIAS DO SUL/RS, na Rua Henrique Recha (Lotamento Sanvitto II), n.º 345, Bairro Cinquentenário, CEP 95012-613, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0007-81;

**Filial 7:** em VILA VELHA/ES, na Rod Darly Santos, n.º 800, Galpão 9B, Bairro Jardim Asteca, CEP 29.104-491, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0008-62;

**Filial 8:** em BLUMENAU/SC, na Rua Business Park, n.º 97, Bairro Itoupava Central, CEP 89.069-145, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0009-43;

**Filial 9:** em RIO DO SUL/SC, na Rodovia BR-470, n.º 5400, Galpão 08, Bairro Valada Itoupava, CEP 89.162-870, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0010-87;

**Filial 10:** em OSÓRIO/RS, na Rodovia Manuel Marques da Rosa, n.º 174, Bairro Centro, CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0011-68;

**Filial 11:** em SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/RS, na Rua Marechal Hermes, n.º 1923 Bairro INA, CEP 83.065-000, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0012-49;

**Filial 12:** em Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Passeio, n.º 38, sala 1501 set 2, Bairro Centro, CEP: 20.021.290, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0013-20;

**Filial 13:** em Palhoça/SC, na Rua Romalino Joao da Rosa, n.º 130, Bairro Brejaru, CEP: 88.133-516, inscrita no CNPJ sob n.º: 27.221.173/0014-00;

**Filial 14:** em Novo Hamburgo, na Rua Miranda, n.º 863, Bairro Liberdade, CEP: 93.330-390, inscrita no CNPJ sob n.º 27.221.173/0015-91;

## 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas

### 2.1 - Declaração de Conformidade

## NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 ou Lei 5.764/71 conforme detalhado na nota 1.4, em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 2.2 - Base para Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a entidade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- ✍ Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ✍ Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- ✍ Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela entidade é como segue:

#### 2.2.1 - Reconhecimento das Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

##### *Prestação de serviços de Transportes de Cargas*

A receita de uma prestação de serviços de transporte de cargas é reconhecida no momento da emissão do Documento Fiscal. Emissão do Documento Fiscal é determinado da seguintes forma:

- ✍ No caso de Transporte de Cargas Intermunicipal e Interestadual é emitido o CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico) antes do transporte iniciar, sendo contabilizado com a data de Autorização do SEFAZ;

## NOTAS EXPLICATIVAS

- ✍ No caso de Transporte de Cargas Intramunicipal é emitido a NFS-e (Nota Fiscal de Serviço Eletrônica) após o transporte ocorrer, onde previamente é emitido um RPS (Recibo Provisório de Serviço), sendo contabilizado pela data de Autorização da NFS-e pela Fazenda Municipal.

### *Receita de dividendos e juros*

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a entidade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### **2.2.2 - Moeda Estrangeira**

Na elaboração das demonstrações financeiras da entidade, bem como suas operações são todas apresentadas e realizadas em Reais (R\$), não ocorrendo qualquer movimentação com moeda estrangeira.

### **2.2.3 - Custos de Empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

### **2.2.4 - Custos de Benefícios Rescisórios**

O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período da ocorrência da rescisão do contrato de trabalho, tais custos citados abrange:

- ✍ Aviso Prévio Indenizado;
- ✍ Multas Contratuais, bem como as de estabilidade;
- ✍ Multa pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Já as verbas como Férias Proporcionais, Férias Vencidas, 13º Salário estão demonstrados e provisionados no grupo de contas do passivo "Obrigações com Pessoal - Liquidação Futura"

### **2.2.5 - Tributos sobre o Resultado**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### *Impostos correntes*

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### **2.2.6 - Ativo Imobilizado**

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da entidade. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método fiscal conforme art. 121 da IN RFB nº 1.700/2017, de modo que o valor do custo após sua vida útil (estimada pelo anexo III da IN nº 1.700/2017) seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A administração entende que os efeitos da alteração para critério de vida útil não causariam diferenças relevantes na posição contabilizada e que pretende, em exercício futuro fazer esta avaliação.

Ativos mantidos por meio de arrendamento são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### **2.2.7 - Ativos Intangíveis**

#### *Ativos intangíveis adquiridos separadamente*

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### *Ativos intangíveis gerados internamente – gastos com pesquisa e desenvolvimento*

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou

## NOTAS EXPLICATIVAS

venda.

- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

### *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### **2.2.8 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A entidade não utiliza o critério de Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A administração entende que os efeitos de suas aplicações não mudariam os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **2.2.9 - Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **2.2.10 - Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado)

## NOTAS EXPLICATIVAS

são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.2.11 - Ativos Financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio do patrimônio. A classificação depende dos fluxos de caixa contratuais do título e do modelo de negócios e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

#### *Método de juros efetivos*

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e gastos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.

Um ativo financeiro que fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, IFRS 9 (equivalente ao CPC 48), exige que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. .

#### *Investimentos mantidos ao custo amortizado*

Os investimentos mantidos ao custo amortizado correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

#### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do patrimônio*

## NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do patrimônio correspondem a ativos financeiros não derivativos cujo modelo de negócios é resgatar os fluxos de caixa contratuais e vender.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários relacionadas a variações nas taxas de câmbio (ver a seguir) e as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros são reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” e acumuladas na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” é reclassificado para o resultado.

O valor justo dos ativos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado na respectiva moeda estrangeira e convertido pela taxa de câmbio de fechamento no encerramento do exercício. Os ganhos e as perdas cambiais reconhecidos no resultado são apurados com base no custo amortizado do ativo monetário. Outros ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”.

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com base no conceito de perda esperada, previsto no CPC 48.

### *Baixa de ativos financeiros*

A entidade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se a entidade não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, ela reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, ela continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros Resultados Abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a entidade retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e ela retém o controle), ela aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros Resultados Abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros Resultados Abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

## **2.2.12 - Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

### *Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio*

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.



## NOTAS EXPLICATIVAS

### *Instrumentos de patrimônio*

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela entidade são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

### *Instrumentos compostos*

As partes que compõem os instrumentos compostos emitidos pela Companhia (títulos conversíveis) são classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio, conforme a natureza do contrato e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A opção de conversão que será liquidada por meio de troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por um número fixo dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é um instrumento de patrimônio. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado pela taxa de juros vigente no mercado de um instrumento não conversível similar. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado pelo método de juros efetivos até sua extinção por conversão ou até a data do vencimento do instrumento.

A opção de conversão classificada como patrimônio é determinada pela dedução do valor do componente do passivo e do valor justo do instrumento composto como um todo. Esse valor é reconhecido e incluído no patrimônio, líquido dos efeitos do imposto de renda, e não é remensurado. Adicionalmente, a opção de conversão classificada como patrimônio permanecerá registrada no patrimônio até o exercício da opção de conversão. Nesse caso, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a rubrica "Ágio na Emissão de Ações"/Outra Conta do Patrimônio. Quando a opção de conversão não é exercida na data de vencimento do título conversível, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a rubrica "Lucros Acumulados"/Outra Conta do Patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado após a conversão ou o vencimento da opção de conversão. Os custos da transação relacionados à emissão de títulos conversíveis são alocados ao passivo e aos componentes do patrimônio proporcionalmente à alocação dos recursos recebidos brutos. Os custos da transação relacionados ao componente do patrimônio são reconhecidos diretamente no patrimônio. Os custos da transação relacionados ao componente do passivo são incluídos no valor contábil do componente do passivo e amortizados durante a vida dos títulos conversíveis pelo método de juros efetivos.

### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para a recompra no curto prazo.
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- É um derivativo não designado como instrumento de *hedge* efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os

## NOTAS EXPLICATIVAS

respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros Ganhos e Perdas”, na demonstração do resultado.

### *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e gastos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### •*Baixa de passivos financeiros*

A entidade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da entidade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **2.2.13 - Principais Julgamentos Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da entidade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **2.2.14 - Principais Fontes de Incertezas nas Estimativas**

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos aos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

#### *Mensurações do valor justo e processos de avaliação*

Alguns dos ativos e passivos da entidade são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração da Companhia juntamente com a Diretoria determinam as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a entidade usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a entidade contrata avaliadores externos qualificados para fazerem a avaliação. O Conselho de Administração da Companhia juntamente com a Diretoria trabalham em conjunto com os avaliadores externos qualificados para estabelecer as técnicas de avaliação e informações adequadas ao modelo.

## **3. Detalhamento dos Saldos Contábeis**

Acompanha o conjunto das demonstrações contábeis/financeira as seguintes:

### **3.1 - Caixas e Equivalentes de Caixa**

O saldo da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” inclui caixa em poder entidade, líquido de saldos

NOTAS EXPLICATIVAS

bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

*"A entidade não possui saldo e também não operou com movimentações em espécie, dessa forma não é demonstrado a conta Caixa em nenhuma demonstração contábil/financeira, todas as movimentações financeiras de pagamentos e recebimentos são efetuados por transações bancárias."*

.....	Saldo em 31/12/2023	
Depósitos Bancários a Vista .....	R\$	173.999,37
Aplicações de Liquidez Imediata.....	R\$	545.221,98

.....	Saldo em 31/12/2022	
Depósitos Bancários a Vista.....	R\$	3.373.839,41
Aplicações de Liquidez Imediata.....	R\$	236.316,73

### 3.2 - Contas a Receber de Clientes e Outras

#### *Contas a receber de clientes*

O período médio de crédito na venda de serviços é de 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber até seu vencimento. A partir de então, são cobrados juros médio mensais de 3% sobre o saldo em aberto. A entidade constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber vencidas e com baixa recuperabilidade.

Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para contas a receber com base nos valores irrecuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor.

Antes de aceitar novos clientes, a entidade não utiliza nenhum critério de análise de crédito, pois a equipe comercial busca clientes que já trabalham com concorrentes da entidade.

A entidade realiza antecipação de recebíveis com a instituição financeira emissora da duplicata (boleto bancário), porém o montante realizado antecipação durante o exercício não ultrapassou 4% de todas as duplicatas emitidas. No encerramento do exercício as duplicatas que estavam antecipadas correspondia a 1,10% do total de Duplicatas a Receber.

.....	Saldo em 31/12/2023	
Duplicatas a Receber.....	R\$	38.661.598,20

.....	Saldo em 31/12/2022	
Duplicatas a Receber.....	R\$	34.886.361,09

### 3.3 - Imobilizado e Intangível

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação/amortização é como segue:

Conta   Nome da Conta.....	Taxa Anual	Tipo
1075...  Aparelhos Telefônicos.....	00,00%.....	.....
1076...  Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.....	33,36%.....	Depre
1080...  Equipamentos para Processamento de Dados.....	20,00%.....	Depre

NOTAS EXPLICATIVAS

1081...	Ferramentas.....	20,00%.....	Depre
1083...	Maquinas, Aparelhos e Equipamentos.....	10,00%.....	Depre
1087...	Móveis e Utensílios.....	10,00%.....	Depre
1170...	Software.....	20,00%.....	Amort
1089...	Veículos.....	20,00%.....	Depre

*Durante o exercício ocorreram as seguintes mutações:*

*Bens em Operação:*

(+) Saldo Inicial:	1.174.920,28
(+) Compras:	285.223,90
(-) Depreciação:	211.066,85
(-) Ajuste:	0,00
(=) Saldo Final:	1.249.077,33

*Imobilizado em Andamento:*

(+) Saldo Inicial:	101.968,71
(+) Compras:	31.119,12
(=) Saldo Final:	133.087,83

*Intangível*

(+) Saldo Inicial:	68.583,64
(+) Compras:	979,03
(-) Amortização:	20.754,02
(+) Ajuste:	0,00
(=) Saldo Final:	48.808,65

**3.4 - Contas a Pagar a Fornecedores e Outras**

O período médio de crédito na compra de serviços subcontratados é de 15 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar até o vencimento. A partir de então, juros mensais médio de 3% são cobrados sobre o saldo a pagar. A entidade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores.....	R\$ 13.530.421,61
Obrigações Tributárias.....	R\$ 4.947.205,12
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias.....	R\$ 3.694.554,49
Outras Obrigações.....	R\$ 589.705,67
Obrigações Tributárias.....	R\$ 1.210.853,35
Outras Obrigações.....	R\$ 5.062.189,78

	Saldo em 31/12/2022
Fornecedores.....	R\$ 15.385.313,87
Obrigações Tributárias.....	R\$ 5.198.742,04
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias.....	R\$ 2.894.052,37
Outras Obrigações.....	R\$ 184.418,61
Obrigações Tributárias.....	R\$ 1.815.503,09

NOTAS EXPLICATIVAS

Outras Obrigações.....R\$ 5.063.126,78

### 3.5 - Empréstimos e Financiamentos

A entidade possui uma política bastante restrita para buscar crédito perante instituições financeiras, sendo que durante o ano calendário manteve o pagamento em dia de suas obrigações com empréstimos e finalizou o período com recursos conhecido popularmente como "Cheque Especial e/ou Conta Garantia".

.....Saldo em 31/12/2023  
*Passivo Circulante*  
Empréstimos.....R\$ 5.798.360,24  
Contas Correntes.....R\$ 0,00

.....Saldo em 31/12/2022  
*Passivo Circulante*  
Empréstimos.....R\$ 6.338.712,87  
Contas Correntes.....R\$ 0,00

.....Saldo em 31/12/2023  
*Passivo Não Circulante*  
Empréstimos.....R\$ 7.686.069,50

.....Saldo em 31/12/2022  
*Passivo Não Circulante*  
Empréstimos.....R\$ 3.197.366,79

### 3.6 - Provisões

A provisão para devedores duvidosos no final do ano calendário foi feito sobre valores repassados pelo setor financeiro, o qual ainda se encontra em aberto para cobrança de difícil recuperação, desta forma foi provisionado o valor de R\$ 0,00.

### 3.7 - Capital Social e Reservas de Capital

As ações ordinárias totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 937,00 cada uma, dão direito a um voto por ação e dividendos. Durante o ano calendário não foi apresentado lucros, desta maneira o prejuízo apurado ficará demonstrado na conta "Prejuízos Acumulados" até decisão em AGO ou AGE para compensar os valores.

.....Saldo em 31/12/2023  
Capital Social.....R\$ 42.165,00  
Reservas.....R\$ 869.166,20

\*\*Encontra-se ações em tesouraria no valor de R\$ 1.874,00.

NOTAS EXPLICATIVAS

	.....Saldo em 31/12/2022	
Capital Social.....	R\$	43.102,00
Reservas.....	R\$	312.913,63

### 3.8 - Receitas

A seguir, a análise da receita da entidade no exercício para operações continuadas.

Valores 2023:

RECEITA BRUTA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:	219.248.213,63
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA:	34.635.154,92
(-) Prestação de Serviços Cancelada:	24.408,88
(-) Impostos Incidentes sobre Receita:	34.610.746,04
(=) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL:	184.613.058,71

Valores 2022:

RECEITA BRUTA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:	233.504.091,44
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA:	44.151.700,44
(-) Prestação de Serviços Cancelada:	7.532.485,20
(-) Impostos Incidentes sobre Receita:	36.619.215,24
(=) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL:	189.352.391,00

### 3.9 - Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração de Resultado

A entidade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

#### 3.9.1 - Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados é os gastos essenciais que estão diretamente ligados ao objeto da entidade, os quais sem os mesmos não é possível a geração de riqueza e manutenção da entidade, no período foi apurado um custo no valor de R\$ 158.765.247,77.

#### 3.9.2 - Despesas Operacionais Administrativas

As despesas operacionais administrativas são gastos necessários para a manutenção da entidade, porém não estão diretamente ligadas a geração de riqueza e nem ao objeto, no período foi apurado as despesas no valor de R\$ 26.369.963,40.

#### 3.9.3 - Outras Receitas Operacionais Diversas/Financeiras

As outras receitas operacionais diversas são as receitas oriundas dos mais diversos fins que não é objeto da entidade e também não são de origem financeira, no período foi apurado um total de R\$ 780.051,14.

As receitas financeiras são as receitas oriundas de transações financeiras, tais como descontos obtidos de contas a pagar, receitas com aplicações mantidas em instituições financeiras, juros recebidos de

NOTAS EXPLICATIVAS

contas a receber e recebimento de devedores duvidosos, que no período apurou um total de R\$ 443.556,77.

### **3.10 - Transações com Partes Relacionadas**

A entidade mantém aquisições de serviços com seus acionistas, porém as tratativas comerciais são as mesmas que com qualquer outro fornecedor. Da mesma forma alguns acionistas são clientes da entidade, com as mesmas regras e tratativas de qualquer outro cliente.

*Remuneração do pessoal - chave da Administração*

A Remuneração dos Diretores, Conselheiros e das demais pessoas chaves da Administração durante o exercício é a seguinte: R\$ 300.642,43.

### **3.11 - Passivos e Ativos Contingentes**

A entidade não possui passivos e ativos contingentes de acordo com seus advogados.

### **3.12 - Seguros**

A entidade mantém seguros para determinados bens do ativo imobilizado e para sua operação. O resumo das apólices vigentes em 31/12/2023 são de pagamentos mensais sem antecipações. Segue dados dos seguros vigentes em 31/12/2023:

NOTAS EXPLICATIVAS

Objetivo	Nº Apólice	Seguradora	Vencimento	Importância Segurada	Beneficiário
Seguro Predial	118.16.4095 162	Porto Seguro	10/10/2024	R\$ 2.000.000,00	Gamar Administradora de Bens Ltda
Seguro Predial	15414.0022 87/2005-31	Porto Seguro	22/05/2024	R\$ 12.000.000,00	Isathur Part. Soc SS Ltda; Unibozz Participações e Empreendim. Imob; Vitor Osvaldo Della Meia;
RCTR-C	03.006.054. 001203	HDI Seguros	31/12/2024	R\$ 2.500.000,00	Rede Sul
RCF-DC	03.006.055. 001068.000 02	HDI Seguros	31/12/2024	R\$ 2.500.000,00	Rede Sul

### 3.13 - Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 20 de Março de 2024. E seguirá para auditoria e explanação na Assembléia Geral Ordinária no dia de 27/03/2024.

Chapecó, 31 de Dezembro de 2023.

Assinado Digitalmente por:  
AIRTON GILMAR PIN 515.771.009-72  
Dados: 21/05/2024 17:14:08 AC SyngularID Multipla

Assinado Digitalmente por:  
CARLOS HENRIQUE SILVESTRI 085.178.669-32  
Dados: 21/05/2024 17:14:17 AC SyngularID Multipla

AIRTON GILMAR PIN  
Presidente  
CPF: 515.771.009-72

CARLOS HENRIQUE SILVESTRI  
CRC: 1-SC-042992/O-2 - Contador  
CPF: 085.178.669-32